

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.347 - RS (2019/0124800-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : SUSIMARI SILVA DE ASSIS BRASIL E OUTRO(S) - RS023927**  
**ANELISE DE ANGELI VAZ - RS058329**  
**RECORRIDO : LURDES MULLER**  
**ADVOGADOS : FÁBIO DAVI BORTOLI - RS066539**  
**ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI - RS066424**

**EMENTA**

DIREITO EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONDENAÇÃO ILÍQUIDA. FATO GERADOR ANTERIOR À DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. SUJEIÇÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Da leitura da minuta de agravo de instrumento que deu origem a este recurso, pode-se aferir que LURDES MULLER (LURDES) ajuizou ação de complementação de obrigação contratual contra OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (OI), que foi julgada procedente.

Iniciado o cumprimento de sentença, foram bloqueados valores para pagamento da dívida. Em seguida, considerando o deferimento do pedido de recuperação judicial da OI, o Juízo de piso determinou a liberação do montante bloqueado à parte devedora.

Essa interlocutória foi desafiada por agravo de instrumento, que foi provido pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OI S.A. APROVAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS CONCURSAIS E EXTRACONCURSAIS.*

*Hipótese dos autos em que, apesar de o valor ter sido bloqueado via BACENJUD em 2014, a impugnação ao cumprimento de sentença sequer foi julgada, encontrando-se em processamento junto ao juízo “a quo”. Cuidando-se, assim, de dívida ilíquida, não*

*há dívida que se está diante de crédito extraconcursal.*

*Assim, não há falar em novação do crédito, tampouco em habilitação deste nos autos da Recuperação Judicial, devendo ser observado, contudo, o disposto no ofício nº 613/2018/OF, expedido por aquele juízo.*

*Agravo de instrumento provido. Unânime (e-STJ, fl. 154).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 193/197).

Irresignada, a OI interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF apontando ofensa aos arts. 927 do CC/02 e 6º, 7º, 10, 49 e 61, todos da Lei nº 11.101/2005, sustentando, em síntese, que o fato gerador do crédito perseguido é anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo ele constar no plano de recuperação judicial.

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 325/333).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

OI sustentou que o fato gerador do crédito perseguido é anterior ao deferimento da recuperação judicial, devendo ele constar no plano de recuperação judicial.

Quanto ao ponto, o Tribunal de origem entendeu que o crédito não se sujeitaria à recuperação judicial por se tratar de dívida ainda ilíquida.

Tal conclusão, contudo, está em dissonância com a jurisprudência desta Corte que tem se orientado no sentido de que a data do fato gerador do crédito é que constitui o marco temporal para aplicação da norma do art. 49, *caput*, da Lei 11.101/2005 e não a data em que o valor foi devidamente liquidado.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

*RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO*

*REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

*1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.1.01/2005). 1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível.*

***2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.***

*2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.1.01/2005, a ação trabalhista que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo.*

*3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação*

*de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente.*

*4. Recurso especial provido.*

(REsp 1634046/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 18/5/2017 - sem destaque no original)

*RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.*

*1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais.*

*2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso.*

*3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto.*

*4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n.11.101/2005.*

*5. Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*

*6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.*

*7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil,*

*oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.*

*8. Recurso especial provido.*

(REsp 1.447.918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/5/2016 - sem destaque no original)

No caso dos autos, o fato gerador da obrigação de complementação de ações é a subscrição de ações a menor, fato ocorrido antes do ajuizamento da recuperação judicial.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para determinar que o crédito exequendo seja submetido ao plano de recuperação judicial da OI.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator